

A experiência etnográfica em percurso

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145530>

Christiano Key Tambascia

► Universidade Estadual de Campinas | Campinas, SP, Brasil
▀ christambasci@yahoo.com.br

PEIXOTO, Fernanda
Aréas. 2015. *A viagem como vocação: itinerários, parcerias e formas de conhecimento*. São Paulo, Fapesp, Editora da Universidade de São Paulo, 288 pp.

A viagem como vocação reúne diversos ensaios de Fernanda Peixoto conectados pela ideia da viagem como forma de refletir sobre as obras e trajetórias de quatro figuras centrais do pensamento social no Brasil e na França. É ao acompanhar os processos de constituição das imaginações etnográficas de Gilberto Freyre, de Roger Bastide, de Pierre Verger e também de Michel Leiris, cunhadas nas andanças e nas redes estabelecidas por esses intelectuais ao longo de suas vidas, objetivadas em suas publicações, mas também nos diários, cartas, desenhos e fotografias que produziram, que Peixoto nos proporciona uma promissora chave de análise, que verte para o próprio livro e as formas de tomá-lo como ponto de partida para outras investigações sobre história intelectual. Um estudo sensível das fontes mobilizadas – as mais públicas, mas também as mais pessoais – permite mostrar como as contribuições sociológicas e antropológicas que tornaram esses autores referências na história das ciências sociais foram produzidas nesses trânsitos intersubjetivos.

O livro é composto por seis capítulos divididos em duas partes. Para ajudar o leitor a percorrer o texto nos são oferecidas também duas pequenas “pausas”, como a autora chama esses trechos em que se permite refletir, como uma leitora de si mesma, sobre seu trabalho. Essa opção por uma estrutura textual que ressalta linhas de força, mas que também possibilita perscrutar parentescos insuspeitos com outras obras, através da indicação de temas como amizade e memória – que as viagens colocam em relevo –, tem a grande vantagem de seduzir-nos, seus leitores, ao tornar-nos cúmplices dos bastidores: da produção das obras e também do presente livro. E, ao fazê-lo, torna-se clara uma das

principais contribuições do trabalho: o convite para uma maneira de pensar a história das ciências que utilize o potencial analítico do distanciamento – tão celebrado pela crítica reflexiva – histórica e politicamente, destacando o lugar da viagem etnográfica na produção do conhecimento. Ou seja, que leve em consideração a maneira como as tendências teóricas e metodológicas das historiografias das ideias são de fato atualizadas, na prática, pelos quatro intérpretes selecionados aqui.

Esse olhar atento para o próprio texto fica claro na introdução do livro, denominada “plano”. Peixoto brinca com a ideia do mapa, como ferramenta essencial para qualquer percurso, inclusive o apresentado, narrativo. Entretanto, não hesita em indicar como esse é repensado no trajeto. Se somos remetidos à disciplinarização de uma memória retrospectiva, que de fato institui um itinerário tão mais sedutor quanto mais celebrados são os conhecidos capítulos das biografias desses personagens, o que se pretende, no entanto, é desafiar a noção de que esses são percursos que podem ser dissecados em uma descrição sucessiva de eventos, esvaziados dos sentidos constituídos no processo.

Os mapas parecem ser definitivos até o momento em que são usados e então refeitos: essa poderia ser uma primeira conclusão após a leitura de *A viagem como vocação*. O mencionado “plano”, quase uma resenha do próprio livro, também permite perceber como essa formação não pode ser vista como uma linha preestabelecida das trajetórias. Se há um lugar para essas teorias da história (que bem podem ter sido partilhadas pelos quatro autores), as mesmas não deveriam nos fazer perder de vista que esses olhares são reproduzidos, subvertidos e atualizados no caminho. Peixoto destaca a importância de uma teoria da prática ao pensar não apenas naquela extensa tradição de escrita dos viajantes, que a antropologia moderna tomou como base da produção etnográfica, mas também nas maneiras como essas pessoas lidaram com essa herança: na reflexão sobre alteridade e identidade em contextos concretos. Mais do que isso, nos possibilita trabalhar analiticamente com noções como memória e amizade menos como epifenômenos representativos de outros processos “mais objetivos”, mas como espaços de produção de sentido.

Fernanda Peixoto tem de fato uma difícil tarefa: discorrer sobre alguns autores cujas obras e biografias muito já foi dito. Entretanto, se o trabalho de arquivo, mesmo sob uma perspectiva historiográfica convencional, já deveria interessar aos estudiosos nas trajetórias de Freyre, Bastide, Verger e Leiris, ou então na história da antropologia e da sociologia francesa e brasileira, é na forma de refazer alguns questionamentos sobre esses autores que a contribuição original do livro fica patente. Algo novo sobre suas obras emerge nesse acompanhamento das viagens etnográficas (e pessoais). A atenção à experiência dos intelectuais possibilita relacionar suas formações, a gestão de uma imaginação

sociológica, com seus objetivos de pensar sobre o outro e sobre si, na forma dos encontros ocorridos em lugares distantes e ao mesmo tempo familiares. Para Bastide e para Verger, assim como para Freyre, de uma diferente maneira, a viagem sentimental e histórica permitiu uma espécie de africanismo desde a América, mas também uma redescoberta do Brasil pela África. Descobrimos, ao final do livro, que o caso de Leiris, entre a África, a França e si mesmo, é um exemplo mais denso desse processo.

Os dois primeiros capítulos do livro tratam da contribuição de Roger Bastide às ciências sociais. Suas publicações mais célebres são destacadas, mas são também revistas através de um olhar para outro tipo de produção: a experiência entrevista e objetivada nos documentos em que sinais das relações de amizade, mas sobretudo do papel da memória, ficam mais evidentes e indicam o caráter criativo da viagem, em uma tensão entre o reconhecimento, a descrição e o comentário social.

Outra interessante possibilidade de análise aberta se refere à relação entre o desenho ou a fotografia com a escrita para o registro etnográfico. Alguns dos croquis, de Bastide ou de Freyre, indicam o interesse nas artes, mas também podem traduzir miradas constituídas em parceria, sob uma perspectiva analítica estética. Surgem, nesse sentido, retratos em negativo do Brasil ainda não moderno, marcado pela nostalgia de algo constantemente deixando de existir. No caso de Bastide, Peixoto nos mostra como um comentário sobre o urbano em transformação emerge pela atenção a artigos menos celebrados – indicativa de uma rede de intérpretes, referências artísticas ou intelectuais. São reflexões que compreendem não apenas uma descrição do crescimento de uma cidade como São Paulo, mas formam uma visão quase moral da urbe vertical e tentacular.

Há nas viagens de Bastide um espaço do familiar, que geralmente remonta à sua formação. Entretanto, menos do que identificar discrepâncias e convergências entre uma França relembrada e um Brasil que passou a conhecer intimamente, esse atualizar criativo da sociologia praticada acaba por sugerir uma crítica social singular, atenta a traços estéticos. O barroco, bem lembra Peixoto, é mais do que um tema de investigação, mas uma forma de identificar o nacional e também produzir mundos sociais. A antropóloga destaca uma sociologia do barroco que é constituída em paralelo à crítica ao utilitarismo como explicação, vislumbrada nessa mirada enviesada da obra de Bastide que ressalta certa sensibilidade sobre o mundo. É uma prática de observação que não deixa de ser comparativa, tendo a memória da França como alavanca para precisar uma arquitetura brasileira. A análise da estética nos leva à viagem para a África, onde Bastide reconhece o Brasil, de uma forma em que o contraste da precisão sociológica com o esfumaçado olhar barroco atualiza certa abordagem economicista do trabalho transatlântico. Trata-se de unir a reflexão dos

emprestimos pela precaução com o olhar do barroco, pelo próprio processo que possibilita um olhar barroco.

A autora destaca, no terceiro capítulo, o comentário de Freyre na juventude sobre a América Latina, ainda antes do mesmo assinalar o mundo lusófono como objeto de reflexão. Esta é uma preocupação menos sistemática em sua obra, mas já é possível entrever uma análise imagética sobre a noção de nacional, como no interesse pelo muralismo e no caráter plástico da interpretação, espécie de prenúncio do olhar ao Nordeste, registrado com uma paleta de cores vivas. Aqui é importante lembrar das parcerias para entender esse período de formação, sobretudo os indícios da convivência com Oliveira Lima e a influência de uma mirada de aproximações e distanciamentos cunhada desde fora, inclusive durante o período nos Estados Unidos.

No caso de Freyre, estética e política mesclam-se na maneira em que se constitui como um produtor de uma narrativa nacional, expondo sob essa luz alguns dos embaraços conhecidos, elementos que conjugam-se na construção de um arcabouço para interpretações impressionistas. O elemento onírico está presente aqui: o interesse na centralidade da memória se anuncia com força nessa sociologia que flerta com o cuidado com a plasticidade no retrato de um Brasil.

Freyre e Bastide, mas também Verger ao seu modo, praticam uma forma poderosa de pensamento social sobre o Brasil, ao explicitar o trabalho que a memória, o sonho, o desejo, têm na interpretação social e cultural. Afinal, daqui emerge uma atenção ao intersubjetivo, cara para os historiadores da ciência. Leiris, descobrimos no último capítulo, é um caso ainda mais radical desta reflexividade de si, feita por meio da literatura, que ao mesmo tempo produz o *self* e a própria realidade etnográfica (d)escrita. O que a viagem deixa claro é o efeito produtivo do deslocamento (não apenas geográfico).

As viagens aqui compreendidas foram realizadas entre os anos 1930 e os anos 1960 – período que corresponde também, ao menos no contexto francês, a uma crescente crítica ao colonialismo, inclusive desde a própria metrópole. Entretanto, como sabemos, a empreitada colonial, calcada em um aparato que conjugava poder e conhecimento, repercutia a (e repercutia na) constituição de uma narrativa doméstica sobre a nação: a imaginação sobre o outro colonial, ordenado nos relatórios administrativos, mas também nos relatos de viagem e nas narrativas dos museus etnográficos, encontra correspondente na compreensão das particularidades regionais (“folclóricas”) e do “caráter nacional”. Essa tônica de duplo reconhecimento está na base da leitura proposta por Peixoto.

Sobre Freyre, nos são fornecidas informações sobre sua infância e as influências recebidas. E sobre os autores franceses Peixoto nos remete mais diretamente a um espaço de imaginação sobre a viagem (já admitidos por outros intelectuais franceses, como não nos deixa esquecer Lévi-Strauss) que evidencia

a ligação entre experiência e memória. Percebemos a importância dos aspectos oníricos, próprios de um impressionismo menos comprometido com o acontecido, que podem compor esse olhar, frequentemente expurgado do texto publicado. Assim, a etnografia dos arquivos pessoais, não preocupada com verdades ocultas, mas atenta ao processo criativo da viagem, remete às ponderações sobre o que é contado e guardado, como se dá esse processo de imaginação que permite ir além da objetivação.

Aqui vale anunciar ao menos uma das referências analíticas de Fernanda Peixoto, presente na maneira como percebe essas interpretações constituídas: o cuidado de uma etnografia do cotidiano que a obra de Michel de Certeau ajuda a evidenciar. Assim é como a noção de mirada recupera a imagem do rever, mas ao mesmo tempo é comprometida com a política do acontecido, que o caráter transgressor de Certeau destaca. Esse viés analítico evidencia-se na primeira “pausa”: Peixoto chama a atenção para o olhar sobre o cotidiano por parte desses autores. Bastide, por exemplo, é um cronista da cidade. Mas o caráter interpretativo não pode ser separado da atenção à viagem de descoberta de si, que sempre existiu como potência nessa antropologia do deslocamento. Assim compreendemos o destaque para as viagens sobre esse nacional para a África e para a Ásia, para a América Latina, Estados Unidos e Europa, em um movimento de desterramento e reencontro constantes, em que se procura conhecer o Brasil, mas também prestar contas com a própria trajetória. Essas viagens, sobretudo no caso de Leiris, são também introspectivas; uma forma de pensar o Império, a nação, mas também algo mais inefável, pessoal e ao mesmo tempo humano.

No quarto capítulo fica ainda mais clara a análise que permite acessar como memória e história constituem-se na performance desses intérpretes sociais. Se até essa parte do livro temos as bases dessa proposta de leitura das obras – e seus alcances –, Peixoto agora nos convida a considerar as maneiras como eles decifram simbolismos, ao mesmo tempo em que contribuem para criar novas objetivações. Nesse capítulo, acompanhamos mais detidamente a relação entre Bastide e Verger, que tornaram-se anfitriões mútuos, produzindo uma parceria entrevista nas cartas trocadas, mas também nas fotografias feitas. A própria ideia de informante ganha novos sentidos, na relação entre esses intelectuais, cícerones mútuos, no Brasil ou na África. A parceria entre os dois franceses – punhante nas décadas de 1940 e 1950 – é consolidada nos comentários que realizam de suas obras, nos conselhos e críticas, e assim forjada não apenas nos textos contrapostos, mas na experiência partilhada no Nordeste brasileiro, ou na costa ocidental africana.

Peixoto recupera essa história através de material de arquivo. Entretanto, não quer com isso impor uma narrativa definitiva desses encontros, mas mostrar o caráter aberto dessa espécie de mosaico composto por desejos e

memórias na base das obras. A atenção despendida para os cadernos de campo, para a marginália analisada, para os detalhes materializados dessa relação subjetiva, fornece pistas para vislumbrar essa outra leitura da viagem transatlântica: da rota da escravidão e do trabalho, por um lado, e dos retornados e produtores de sinais culturais transladados, por outro. Trânsito que de certa maneira recupera a tensão entre um viés histórico e econômico, e outro etnográfico e artístico. Ou seja, a ampla bibliografia sobre a perspectiva material do trabalho (escravo) encontra uma contrapartida sugerida na atenção à recorrência das formas arquitetônicas, na plasticidade das edificações. A África vista pelo Brasil, ou o Brasil desde a África, sofre inflexões interessantes nos textos contrapostos, em seus tons dissonantes que revelam formas e sentidos tensionados (mas não excludentes): os livros e artigos publicados, mas também os diários produzidos.

A viagem pelo roteiro lusófono de Freyre é o foco do quinto capítulo. É talvez nesse capítulo que o lugar da memória como espectro que envolve a experiência adquire mais densidade. O Brasil – e, no limite, o mundo lusófono – é constantemente reconhecido alhures. Freyre é um autor que viaja e pensa sobre a viagem a todo momento, paradoxalmente fazendo da ideia de rever traços já conhecidos o mecanismo de descoberta, ao mesmo tempo que elabora uma espécie de projeto crítico social.

A viagem, afinal, começa a se delinear para os leitores desse livro: contrariando a busca pelo reconhecimento, no desafio ao conhecido, que garante a vitalidade da transformação das ideias já concebidas, o que a pesquisa da juventude, de um Pernambuco de menino, ajuda a precisar. Mas essa é uma leitura a contrapelo, realizada pela ênfase do reconhecimento descritivo freyreano que constitui a imaginação sobre o tempo e o espaço semelhantes, entrevistados nos deslocamentos e na rebeldia do estranhamento. Aventura e rotina tornam-se chave de leitura renovada sobre a obra de Freyre, ao retomar a literatura sobre sua produção não apenas como um exercício de reflexividade antropológica, mas como uma interpretação da vida social, na busca por conjugar projeto social e utopia.

O último capítulo arremata algumas das ideias desenvolvidas ao longo do livro. Se trata de um texto de preparo para a viagem, que também retoma a relação com a memória, sobretudo ao recuperar os debates que ocorriam na França no começo do século XX: como a relação entre o surrealismo e a etnologia, a busca de algo que se considerava perdido no mundo moderno e urbano. É uma forma de fazer etnografia que já foi bastante comentada pelos historiadores das ciências sociais na França, mas que ao ser retomada sob o prisma da hábil análise de Peixoto sobre as relações colaborativas entre os próprios personagens, conecta os ensaios do livro.

Esse capítulo tem como objetivo recuperar o contexto da produção da obra de Leiris. Sobretudo na busca, pelo autor, da conjugação da infância e da matu-

ridade, entrelaçadas na condução de uma etnografia atenta à poesia e à arte. É na África que o reencontro consigo mesmo se materializa, o que o inscreve em um universo de referências francês, conectado por um círculo de pessoas, mas também de ideias, de revistas e exposições, de etnografia e da chamada “arte primitiva”, em um flerte entre ciência e estética, entre objetividade e subjetividade, na etnografia enquanto prática.

Peixoto atenta sobretudo a um artigo de formação de Leiris, publicado na revista *Documents* em 1930 (antes, portanto, de suas obras mais conhecidas): “*Loeil de l'ethnographe (à propos de la Mission Dakar-Djibouti)*”. Aqui o exercício de investigar o universo de expectativas, de planejamento, de desejo, de projeção, com a reflexão sobre a experiência etnográfica conhecida, recupera a já mencionada noção de desafio. Assim, temos um facho de luz que foca na criação da realidade colonial, ao mesmo tempo substrato da própria formação do *self* etnológico, dilacerado na dificuldade de expressar aquele acontecido, a subjetividade da experiência, refeita reflexivamente.

Fernanda Peixoto destaca as relações entre passado, presente e futuro nas obras dessas pessoas, por meio da análise das formas de escrita, da auto-reflexão e da atenção ao tempo do registro. Tem o grande mérito de reinserir um elemento central, já bastante comentado sobretudo no trabalho de Michel Leiris: o risco, o chifre acerado. É sobre essa abertura ao mundo que o livro termina, na reminiscência sobre a longa tradição dos viajantes, que para os personagens aqui dispostos em papel emerge em um certo romantismo como tropo, constitutivo da tensão da objetividade científica que almejaram e a rebelde subjetividade, inevitável.

A *viagem como vocação* também se inscreve no interior de um percurso de outra ordem, da autoria intelectual da antropóloga e historiadora das ideias. A potência de um pendular de recolhimento e de abertura, elogiada na crítica social aqui produzida, ganha um empuxo na experimentação da escrita e das ideias engendradas nesse processo. É um prato cheio para aqueles interessados nas análises em minúcia, que não se contentam em apenas recuperar narrativas autorizadas, mas também em acompanhar a riqueza e a multiplicidade da etnografia, do caráter ao mesmo tempo recuperado e imprevisto do que acontece no percurso.

Christiano Key Tambascia é professor do Departamento de Antropologia do IFCH – UNICAMP e membro, na mesma instituição, do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social e da área de “Estudo de Patrimônio e Memória” do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Atualmente, realiza pesquisa sobre História da Antropologia no Brasil e é Diretor Acadêmico do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (IFCH - UNICAMP).